

artigo

Sertão e *desierto*: aproximações entre o Império do Brasil e a República da Argentina no início do século XIX

Amália Cristovão
dos Santos

A partir de um levantamento bibliográfico, o artigo apresenta uma proposta inicial de investigação acerca da construção das identidades nacionais no Cone Sul da América, concomitantemente e logo após os processos de emancipação das ex-colônias ibéricas, nas primeiras décadas do Oitocentos, com destaque para Brasil e Argentina. A partir de um recorte que extrapola as fronteiras nacionais, investigamos as convergências nos debates acerca das populações indígenas remanescentes, em especial aquelas que habitavam áreas que não haviam sido significativamente penetradas ou reconhecidas durante os períodos coloniais. Nas duas nações independentes, essas regiões eram descritas textual e cartograficamente como "vazios", onde faltavam elementos materiais e imateriais próprios à civilização, nos moldes propostos principalmente a partir do contexto francês, desde o século XVIII. Nas províncias de São Paulo e Buenos Aires, esses "vazios" foram denominados "sertão" e "deserto", respectivamente. Trazemos a hipótese de que essas representações correspondem não apenas a significados locais, mas também aos conteúdos debatidos em espaços intelectuais compartilhados por essas duas nações, para o que corroboramos os sabidos trânsitos de sujeitos e materiais entre institutos históricos e geográficos nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: América Ibérica; sertão; *desierto*.

SERTÃO Y DESIERTO: APROXIMACIONES ENTRE EL IMPERIO DE BRASIL Y LA REPÚBLICA ARGENTINA A PRINCIPIOS DEL SIGLO XIX

A partir de un primer análisis bibliográfico, el artículo aborda una propuesta inicial de investigación sobre la construcción de las identidades nacionales en el Cono Sur de América, concomitantemente y luego después de los procesos de emancipación de las excolonias ibéricas en las primeras décadas de los ochocientos, con destaque para Brasil y Argentina. A partir de un recorte que extrapola las fronteras nacionales, investigamos las convergencias en los debates sobre las poblaciones indígenas restantes, en especial aquellas que habitaban áreas que no habían sido significativamente penetradas o reconocidas durante los períodos coloniales. En las dos naciones independientes, esas regiones eran descritas textual y cartográficamente como "vacíos", donde faltaban elementos materiales e inateriales propios a la civilización en los moldes propuestos, principalmente a partir del contexto francés desde el siglo XVIII. En las provincias de São Paulo y Buenos Aires, esos "vacíos" fueron denominados "sertão" y "desierto" respectivamente. Traemos la hipótesis de que esas representaciones corresponden no solo a significados locales, sino también a los contenidos debatidos en espacios intelectuales compartidos por esas dos naciones, a lo que corroboran los sabidos desplazamientos de sujetos y materiales entre institutos históricos y geográficos nacionales.

PALABRAS CLAVE: América Ibérica; sertão; *desierto*.

SERTÃO AND DESIERTO: SIMILARITIES BETWEEN IMPERIAL BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC IN THE EARLY 19TH CENTURY

Based on an initial literature review, the paper presents an investigation aiming to address issues regarding the creation of national identities in America's Southern Cone, during and right after the emancipation of the Iberian ex-colonies, in the beginning of the 19th century, especially in Brazil and Argentina. From a point of view not constricted by national borders, we seek to converge debates about remaining indigenous populations, particularly those inhabiting areas that were not considerably penetrated or well known in colonial times. In both independent nations, written documents and maps described these regions as "vazios" (or "empty spaces"), lacking material and immaterial aspects belonging to civilized societies, as defined by French intellectuals, since the 18th century. In the provinces of São Paulo and Buenos Aires, those "vazios" were named respectively "sertão" and "desierto". Our hypothesis is that these images correspond not just to local interpretations, but also to matters discussed by intellectuals of both States, as corroborated by the exchanging of people and researches between the National Historical and Geographical Institutes.

KEYWORDS: Iberian America; sertão; *desierto*.

1. Introdução

O artigo que segue constitui uma hipótese bem como uma proposta, apresentadas aqui em suas configurações ainda iniciais e embrionárias. Trata-se, sobretudo, de um convite para mudar a maneira como regularmente conduzimos as análises históricas, muitas vezes limitadas pelos recortes territoriais e políticos atualmente configurados. Propomos aqui a construção de problemáticas que extrapolem as fronteiras nacionais ora definidas — e mesmo aquelas do passado —, a partir da constatação, válida especialmente para a região do Prata e a antiga capitania de São Paulo, dos intensos e numerosos trânsitos de pessoas, mercadorias e ideias, que estreitaram as relações entre territórios que posteriormente viriam a ser segregados pelos limites oficiais e pelo forjamento de identidades nacionais. Entre explorações, alianças de colonos e jesuítas com grupos nativos, disputas militares e diplomáticas, o período colonial sul-americano conheceu um volumoso tráfego em áreas do interior do continente, nas quais súditos das duas Coroas Ibéricas, bem como de numerosas “coroas de penas”, como caracterizaria o Padre Antônio Vieira¹, transitavam à revelia da pretendida delimitação de posses ultramarinas.

O alvorecer do século XIX foi um período de intensa transformação para as populações e as configurações territoriais da até então América Ibérica. Em poucos anos — e após muitos conflitos —, a emancipação política em relação às Coroas espanhola e portuguesa tornou-se a tônica central em diferentes porções das antigas colônias. Como se pode imaginar, as semelhanças entre esses territórios, em função de condições de colonização análogas, não se esgotam com as declarações de independência. O passado compartilhado, a vastidão das terras a serem conquistadas pelos respectivos colonos e as inescapáveis relações de alianças e guerras construídas com os indígenas são alguns dos temas comuns com os quais ambas administrações lidaram durante os séculos de colonização.

As questões referentes às terras e aos nativos imbricavam-se no interior das colônias, em regiões mais remotas, afastadas da costa, nas quais os colonos e funcionários régios tinham menor possibilidade de entrada — tanto fisicamente quanto no que se refere ao modo de vida e às regulamentações que deveriam seguir esses grupos. De modo geral, os súditos das Coroas, assim como os religiosos da Companhia de Jesus, buscavam essas regiões em virtude justamente dos grandes contingentes de indígenas que as povoavam. Os autóctones constituíam a

principal fonte de braços para trabalho — especialmente em áreas mais pobres, cujos colonos possuíam poucos ou nenhum escravo negro —, e suas almas estavam no centro dos interesses dos jesuítas.

Ao final do século XVIII, uma nova demanda colocaria os colonos frente a frente com os nativos: a diminuição de terras disponíveis para o plantio e a pecuária. Nessa conjuntura, as fronteiras de ocupação efetiva das colônias ibéricas são tensionadas em meio à busca por novos terrenos onde tais atividades pudessem ter lugar. Esse é igualmente um momento em que a razão desponta nos discursos teóricos e nas práticas de governo, em grande medida absorvida desde as metrópoles, elas mesmas mais receptoras desses desenvolvimentos intelectuais do que propriamente fundadoras². A aritmética política e a estatística passam a ser empregadas pelas administrações coloniais, e o mapeamento dos respectivos territórios torna-se objetivo central de governadores locais.

Em poucas décadas, já no raiar do Oitocentos, a topografia e a produção cartográfica passariam a ser desempenhadas por órgãos específicos, indicando a relevância que teriam para o acréscimo econômico das nações em formação — e, destacadamente, para algumas de suas províncias. São Paulo e Buenos Aires, no Brasil e na Argentina, são exemplares no que concerne ao emprego desses métodos, como maneira de dominação simbólica e efetiva das distantes terras contidas em seus limites oficiais — ou assim pretendidas —, habitadas por grupos indígenas e “vazios” de civilização, no entender dos governos coloniais e, depois, independentes (SANTOS, 2018; GARAVAGLIA; GAUTREAU, 2011). O “sertão desconhecido” dos paulistas e o “deserto” dos portenhos significavam intenções bastante similares, a saber, o interesse pelas terras, a submissão dos nativos e a necessidade de erradicar a barbárie conservada por essas populações.

Tal cenário, enquadrado pela virada desses séculos e composto pelos embates e desejos que se seguiram após as independências, mostra-se, como veremos neste artigo, terreno frutuoso para a investigação — aqui ainda inicial — das aproximações e divergências entre Brasil e Argentina, marcadamente entre os contextos das províncias mencionadas anteriormente. A partir de suas condições semelhantes, delinearemos a possibilidade de análise da circulação de ideias, representações, intelectuais e políticos entre ambas e por meio do contato na Europa, tendo como referências centrais as pesquisas com essa problemática, que se debruçam sobre acontecimentos e processos posteriores à emancipação política dessas ex-colônias.

2. Os territórios independentes e a formação das nações americanas

Os processos de emancipação das colônias espanholas e portuguesa na América tiveram no ano de 1808 um marco decisivo. O avanço dos exércitos de Napoleão Bonaparte sobre os reinos ibéricos resultou, por um lado, na abdicação de Carlos IV e Fernando VII, reis sucessivos da Espanha, e, por outro, na fuga da Corte de Portugal para sua maior colônia, o Brasil. Nos dois casos, os territórios que eram então coloniais acabaram sendo elevados a partes da monarquia espanhola e a Reino Unido a Portugal e Algarves, respectivamente (LYNCH, 2004a, p.19-72; SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.151-199). Na sequência, em meio a batalhas militares e ideológicas, as colônias viram-se, enfim, independentes. Enquanto o Estado brasileiro conformou um único território, nas nações hispano-americanas prevaleceram as forças locais e regionais, das quais derivaram as várias nações ali constituídas³.

São comuns os estudos sobre as independências e a formação das nações ibero-americanas a partir do ponto de vista dos recortes oriundos das fronteiras nacionais resultantes, inclusive em função das características de organização institucional das ciências, tais como universidades, bibliotecas e arquivos, erigidos dentro desses limites e, muitas vezes, vinculados a tais definições — como é caso de instituições nacionais. No entanto, como adverte João Paulo Garrido Pimenta (2006, p.29-30), essa construção provavelmente denotará em análises teleológicas e anacrônicas, especialmente se orientadas por explicações advindas da anterioridade, tais como aquelas contidas na fundamentação do chamado "mito das origens".

No início do século XIX, o passado foi mobilizado por diferentes grupos participantes dos movimentos de emancipação, de modo a legitimar suas posições e interesses correntes. Nesses processos, foram forjados mitos, heróis e ancestralidades, no bojo do Romantismo, formado a partir do referencial europeu, destacadamente de intelectuais franceses. Em algumas das nações em configuração, um mesmo elemento teria predominado: "Na Argentina, no Uruguai e no Brasil ela [criação de um 'mito das origens'] é verificável com grandes semelhanças de estilo, argumentos e referências, dentre as quais o território 'preexistente'" (PIMENTA, 2006, p.32). Nas representações e imagens criadas por intelectuais, escritores e políticos das três nações a partir de meados do Oitocentos, as unidades conformadas imediatamente após as independências seriam nada mais que a realização de uma espécie de destino manifesto daquelas porções territoriais, que já estaria traçado em suas origens.

O passado foi mobilizado por diferentes grupos participantes dos movimentos de emancipação, de modo a legitimar suas posições e interesses correntes

Entretanto, como pontua Pimenta (2006, p.51-54), os limites coloniais propostos ou definidos ao longo do século XVIII eram consideravelmente diferentes das fronteiras nacionais que foram desenhadas nos momentos iniciais da emancipação do Império brasileiro e das unidades políticas do Prata. No caso argentino, destaca-se a sensível diminuição das terras indígenas ao longo do Oitocentos. Entre 1810 e 1884, os nativos teriam passado de 70% de ocupação para meros 10%.

Apesar das alterações nas delimitações, sobressai a permanência dos núcleos administrativos, tais como Buenos Aires e Rio de Janeiro. As antigas cidades coloniais mantiveram a condição de centralidade nas tomadas de decisão e norteamontamentos políticos e ideológicos. Pode-se especular que essa continuidade adveio mormente do fato de que os meios urbanos abrigavam importantes elites intelectuais e econômicas, que foram veículos principais das ideias de emancipação. A manutenção estaria, portanto, mais vinculada à conformação de redes de relação do que à localização geográfica em si. Além disso, enquanto as fronteiras constituem-se como linhas imaginárias, fortemente derivadas da abstração, as vilas e cidades conformam materialidades com maior capacidade de conservação, em meio à sucessão de gerações e grupos sociais.

O interior dos territórios nacionais pretendidos por Brasil e Argentina continha um elemento desestabilizador, presente desde as investidas iniciais das Coroas Ibéricas na América: a população indígena. Os vários grupos nativos, com seus modos de vida diversos e igualmente diversas possibilidades de estabelecimento de alianças e enfrentamento direto, foram: mão de obra, nos momentos em que os europeus eram numericamen-

te inferiores; espécie de guias, no percorrer de territórios desconhecidos e não decifrados; e inimigos, ao posicionarem-se contra a contínua invasão de suas terras e o cerceamento de seus modos de vida (MONTEIRO, 1994). O imaginário e as representações constituíram-se campos centrais nas disputas pela materialidade das terras ocupadas por essa população.

3. Sertão, deserto e os planos civilizatórios na América

Considerando as experiências das antigas colônias e depois nações vizinhas ora mencionadas, é possível apontar aproximações com relação à presença indígena, que circunscrevem problemáticas territoriais análogas. Trata-se da configuração dos domínios denominados "sertão" e "deserto" (ou *desierto*, em espanhol), nas partes portuguesa e espanhola da América colonizada. As duas nomeações constituem o que podemos definir como categorizações dos territórios, indicando áreas localizadas no interior do continente, virtualmente desocupadas pelas instituições e agentes da colonização e praticamente inexploradas em seus recursos naturais ou por atividades de agricultura e pecuária. Por essa razão, os sertões e desertos aparecem em produções textuais e, principalmente, cartográficas dos séculos XVIII e XIX como "vazios" ou regiões "desocupadas".

As duas definições, pautadas por uma aparente ausência, descrevem essencialmente territórios ocupados e dominados por contingentes nativos. Eram, portanto, porções territoriais a serem conquistadas e populações a serem submetidas — ou, se isso não fosse possível, dizimadas. Nas palavras de Antonio Carlos Robert Moraes, distinguindo o sertão de uma delimitação natural:

Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja — no limite — a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. Por essa característica, é possível estabelecer paralelos entre o papel desempenhado pela idéia de sertão na formação brasileira e o uso similar da noção de 'deserto' na história da Argentina. (MORAES, 2003, p.5-6).

Essas definições responderiam, assim, à necessidade de indicar um grau de conhecimento suficiente sobre determinadas áreas, sem reconhecer ou legitimar as ocupações ali existentes. No período em questão, da emancipação e formação inicial das nações argentina e brasileira, a necessidade de terras para cultivo e cultura fazia com que as elites econômicas voltassem seus olhares para esses vastos territórios, construindo representações e imagens que avançavam simbolicamente sobre elas. Nesse contexto, destacam-se as províncias de São Paulo e Buenos Aires, cujos governantes e legisladores valeram-se de tais denominações, nas primeiras décadas do século XIX, em processos de definição de estratégias de aproveitamento produtivo do território.

Na segunda década do Oitocentos, após a independência argentina, os grupos dominantes diversificaram seus interesses econômicos e passaram a adquirir propriedades rurais no interior, onde a terra era abundante para pastagens e o abastecimento de água era, no mínimo, adequado. Tais investidas não ocorreram sem conflitos:

O maior perigo residia na fronteira, que se achava inquietantemente próxima. Os índios pampas, que viviam imediatamente ao sul e oeste do rio Salado, eram os mais agressivos de todos os habitantes das planícies. [...] A expansão das *estancias* a partir de 1815 representou um desastre para os índios. (LYNCH, 2004b, p.626, grifos do autor).

A partir de 1822, sob a batuta do "ministro modernizador" Bernardino Rivadavia, instala-se uma política de arrendamento de terrenos considerados públicos, sem limite para as dimensões solicitadas, o que favoreceu a concentração de terras e a formação de latifúndios, já que poucas eram as famílias que possuíam rendas que possibilitassem o aproveitamento dessas áreas.

A expansão realizada foi mais extensiva do que intensiva, ou seja, fundamentada na abundância de terras e com poucas inovações tecnológicas. Quando a necessidade de pastos cresceu ainda mais, o setor pecuário ampliou a conquista de territórios que não tivessem sido ainda ocupados por essas atividades — propriamente as terras indígenas remotas. "Mais uma vez os fazendeiros avançaram para o sul e invadiram o território índio, em busca de terras desocupadas e baratas. Foi preciso que o governo adotasse medidas para ocupar o novo território e protegê-lo" (LYNCH, 2004b, p.657). Em meio aos conflitos da demanda por terras para o gado e a ocupação indígena, emerge a figura de Juan Manuel de Rosas, um

caudilho no centro de grande rede de relações e familiar, fortalecida por suas empreitadas rurais. Segundo John Lynch (2004b, p.646-672), mais do que movido por alguma ideologia que guiasse sua atuação no período pós-independência, ele agia em defesa de seus pares e pela manutenção de suas posses e poderes de mando. Nas palavras do historiador, Rosas seria:

[...] um pioneiro da fronteira sul, dono de vastas fazendas, senhor de numerosos peões, um comandante de milícia que podia parlamentar com os índios e ameaçar os políticos, e governador de Buenos Aires a partir de 1829, [que] defendeu uma política de expansão e colonização e adotou uma série de medidas positivas para melhorar a segurança da propriedade rural. (LYNCH, 2004b, p.627).

Foi dessa maneira, unindo habilidades diplomáticas ao uso da força e construindo ligações possíveis com as elites e os grupos indígenas que Rosas concebeu e empreendeu a chamada Campanha do Deserto, no ano de 1833, que rumou em direção sul, seguindo os rios Colorado e Negro. A missão, considerada imediatamente vitoriosa, dilatou consideravelmente as fronteiras pecuaristas da província de Buenos Aires, agregando territórios planos e férteis, por meio do refreamento das investidas indígenas. Entre 1836 e 1838, o governador promulgou leis para regulamentar a vendas das terras — substituindo o sistema de concessões —, que apenas confirmaram a concentração das posses — agora propriedades — nas mãos das famílias mais ricas, as mesmas até então beneficiadas pelos arrendamentos (LYNCH, 2004b, p.628). E, assim, paulatinamente, as terras indígenas foram sendo convertidas em territórios pertencentes e incluídos nos modos de vida e produção da sociedade argentina, tal como pretendido por partes de sua elite intelectual e política.

A província paulista, por sua vez, sediava debates acerca das maneiras possíveis e desejáveis de tratar dos nativos, desde o período colonial. No século XVIII, a restauração da então capitania — que havia sido submetida ao Rio de Janeiro, entre 1748 e 1765 — trouxe novos ares para essa discussão, com a instauração do governo do capitão-general Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, 4º Morgado de Mateus, que vigoraria até 1775. Seguindo instruções expressas do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a ser Marquês de Pombal, Mourão instituiu uma política de integração, de acordo com a qual os indígenas praticamente tornavam-se súditos comuns da majestade portuguesa. O objetivo

dessa regulamentação era que esses vassallos contribuíssem com os planos gerais de sedimentação da população de São Paulo — cujas práticas incluíam frequentemente o nomadismo e a agricultura volante, especialmente entre os mais pobres — e a ocupação mais regular de seu território (SPOSITO, 2012, p.56).

O projeto de Mourão aprofundou a condição miserável dos nativos submetidos e foi criticado por seus sucessores. A chegada da família real portuguesa a seu domínio colonial americano trouxe novos desenvolvimentos para esse debate — e ainda mais para as práticas relacionadas aos contingentes indígenas, em especial àqueles que se mantinham indômitos por meio do enfrentamento violento. Pouco depois do desembarque da Corte, pela veiculação de cartas régias, foi decretada lícita a perseguição dos referidos grupos, inicialmente visando as capitanias de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, mas logo abarcando também São Paulo. Os termos dessa espécie de “guerra justa” diferenciavam explicitamente os indígenas “mansos” daqueles “ferozes”, de comportamento atroz e insubmissos aos dispositivos e às ordens reais ou de seus representantes na Colônia (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.187).

O confronto era entendido não mais como forma de trazer os nativos para uma vida religiosa e temente a Deus — tal como defendiam os padres inacianos —, mas como maneira de levar-lhes a civilização, bem aos moldes do discurso iluminista instaurado nos debates europeus. Assim como nas pretensões de Rosas para o deserto argentino, a justificativa para o emprego de violência contra os indígenas em terras brasileiras era trazer paz aos sertões. A reordenação dos territórios nacionais e as relações entre civilização e barbárie não foram questões apenas no universo estritamente político de Brasil e Argentina. Tais querelas estruturaram também a atuação de agentes culturais das duas nações, promotores de criações intelectuais e historiográficas, muitas vezes produzidas em espaços compartilhados e em estreito diálogo, como veremos a seguir.

4. Planos e vazios: política, cartografia e literatura

Os sertões e os vazios movimentavam o imaginário, a produção intelectual e a administração pública no Brasil e na Argentina. A primeira representação cartográfica oficial de São Paulo no período imperial, impressa em 1841, dava especial destaque ao interior inóspito da província. Trata-se do “Mappa Chorographico da Provincia

"Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo" (1841). O exemplar reproduzido pertenceu a Sir Richard Burton, que visitou o Brasil na década de 1860. Fonte: Huntington Library.



de São Paulo", feito pelo engenheiro-militar Daniel Pedro Müller (1785-1841), em paralelo com os trabalhos de levantamento e sistematização de dados estatísticos, publicados alguns anos antes, em 1838, sob o título "Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo" (MÜLLER, 1978 [1838]). O mapa enquadra todo o território provincial paulista, uma pequena faixa de Minas Gerais, ao norte, e parte significativa do Mato Grosso, a oeste — o que faz com que o interior de São Paulo esteja posicionado de maneira centralizada no desenho, sugerindo, pelo destaque, que seria essa a porção em foco nos projetos da administração pública. Essa parte era justamente aquela de menor ocupação, já que as vilas e a sede da província pertenciam todas à faixa costeira e a uma pequena parte das terras de serra acima, ainda próximas à borda do planalto.

O imenso território do oeste paulista — desprovido de estradas e de população reunida em núcleos civis ordenados — é representado no mapa provincial com a legenda "sertão desconhecido", um dos elementos de maior destaque gráfico do desenho. Na reunião de dados estatísticos previamente mencionada não se encontra menção a essa porção, já que nela não constavam nenhum dos aspectos observáveis e quantificáveis que indicariam as condições de ocupação, produção e organização da província, tais como vilas, plantações, indústrias, casas de Câmara, entre outros. O destaque conferido ao "vazio" justificava-se justamente por ser esse o horizonte da expansão pretendida pelas elites paulistas desde o final do século XVIII, ain-

da mais relevante décadas depois, em razão do contínuo crescimento da lavoura cafeeira exportadora. O interesse na transformação daquelas terras é evidente no ofício redigido pelo então secretário da Assembleia Legislativa paulista, Joaquim Floriano de Toledo, em que explica a escolha por mandar imprimir o mapa na França, em vez de fazê-lo a mão, como era comum até o momento:

Preferem este expediente até por que havendo grandes espaços em claro no Mappa correspondentes aos lugares e *sertões desconhecidos*, parece mais conveniente abrir-se a chapa de cobre *por que a todo tempo se pode emendar os erros, ou fazer acrescentamentos a proporção das descobertas de explorações que se realizarem n'esses lugares*. (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Registro de Ofícios Diversos, ordem 874, caixa 79, pasta 2, documento 67 apud BEIER, 2015, p.197, grifos nossos).

Como se vê, os legisladores paulistas davam como certa a realização de "explorações" nas terras consideradas desconhecidas e a transformação dessa lacuna cartográfica. Em realidade, as incursões pelos sertões faziam parte do referencial cultural dos habitantes de São Paulo, ao menos desde o século XVII, inicialmente com vistas ao descimento de indígenas para o trabalho e depois na busca de metais e pedras preciosas, além das eventuais guerras contra tribos hostis (HOLANDA, 1966; KOK, 2004; MONTEIRO, 1994; PUNTONI, 2002). Essa "familiaridade" dos paulistas



"Patagonie, Détroit de Magellan, Terres Australes" (1862). O mapa é parte integrante de um atlas universal. Fonte: David Rumsey Map Collection.

Detalhes do mapa "Patagonie, Détroit de Magellan, Terres Australes", destacando as legendas "Prairies déserts" e "Pays désert" ("Pradarias desertas" e "País deserto", respectivamente).

com os sertões rendeu-lhes tanto desaprovações, por seu comportamento autônomo e seus costumes deveras semelhantes aos dos nativos, quanto benesses, já que resultavam em expansão e consolidação da ocupação colonial, pacificação das áreas em disputa com indígenas e enriquecimento da fazenda real (SOUZA, 2000).

Nas interpretações das entradas dos moradores de São Paulo aos sertões, estava em jogo o embate entre civilização e barbárie, entre os planos da Coroa portuguesa e a reprovável aproximação dessa população com grupos nativos, constituindo, inclusive, extensas redes mestiças de parentesco (SANTOS, 2018, p.162-182). Nas décadas iniciais do século XIX, especialmente no contexto da reconfiguração de poderes após a proclamação da Independência, coube aos políticos e intelectuais de São Paulo, muitos dos quais herdeiros diretos ou simbólicos dos "sertanistas" de outrora, recontar os feitos do passado e reposicionar-se, no presente, em relação ao sertão. A estratégia adotada, coerente com a ascensão das luzes, foi a do distanciamento, com a apropriação e o uso de teorias, métodos e formatos impregnados de razão, tais como a estatística, a topografia, a aritmética política e a cartografia impressa, estabelecendo uma marca divisória entre os antepassados — brancos ou mestiços — e os homens de então (SANTOS, 2018, p.208-221). A racionalidade e suas representações desfaziam os vínculos entre os paulistas do Oitocentos e os sertões, tanto os pretéritos quanto os contemporâneos.

O "vazio" e suas relações com a barbárie foram também questões inescapáveis ao imaginário e à historiografia argentinas. Enquanto os líderes das Revoluções de 1810 venceram pela força de suas espadas e assim conquistaram a emancipação, a chamada Geração de 37 intentava avançar esses planos usando as letras. O grupo, formado nas reuniões do livreiro portenho Marcos Sastre, era contrário ao governo de Rosas e manifestava-se por meio de produções literárias de caráter pedagógico e político, advogando pela civilização, condição sob a qual apenas a cidade de Buenos Aires viveria, mesmo que não unanimemente (FREITAS NETO, 2008, p.191). No "vazio", estariam as formas de sociabilidade consideradas antigas e ultrapassadas, como as de camponeses mestiços e indígenas, que deveriam ser alijadas no processo de formação da nação.

Na cartografia é possível observar a coexistência das indicações de presença de grupos nativos e de "vazios" em terras da República Argentina, como se vê no mapa denominado "Patagonie, Détroit de Magellan, Terres Australes", datado de 1862, também impresso em Paris,



como parte de um atlas universal. Em dois pontos do território da Patagônia, que se estende ao sul, na mesma direção explorada por Rosas, encontram-se menções à condição "desértica": *Prairies déserts* e *Pays désert* ("Pradarias desertas" e "País deserto", respectivamente). Essas mesmas regiões, no entanto, possuem a indicação dos grupos autóctones que as povoariam. É possível discutir o grau de atualidade das informações presentes nessa cartografia e mesmo supor que tenha sido realizada a partir de mapas preexistentes — e não de novos levantamentos —, o que poderia resultar na concomitância de dados pertencentes a temporalidades distintas. Mesmo diante de tais ressalvas, o exemplar não deixa de nos servir a explicitação do uso de representações do "vazio" em localizações de conhecido povoamento indígena, articulando características da geografia física e da humana.

Segundo José Alves de Freitas Neto, "O vazio deve ser compreendido [na literatura argentina oitocentista] não como a ausência, mas como espaço do que é faltante" e, por isso mesmo, um espaço que "precisava ser descrito e preenchido" (FREITAS NETO, 2008, p.193) — concepção semelhante à que os legisladores paulistas comunicavam em seu mapa provincial. A produção literária desses autores ocuparia simbolicamente esses espaços, conduzindo o processo social e político que queriam colocar em movimento:

Esta área, também chamada de deserto, foi vista como uma dádiva para que os homens do século XIX pudessem construir o país moderno. O passado histórico, as populações nativas, o *gaúcho* precisavam ser mudados para compor o ideal de uma nação que procurava sua identidade. O vazio permitia que se mirasse para a França como um exemplo civilizacional. (FREITAS NETO, 2008, p.194-195, grifos do autor).

Enquanto os antigos colonos viam no interior do continente o tão almejado *El Dorado*, lugar de riquezas naturais abundantes, os intelectuais da Argentina independente enxergavam o deserto como a possibilidade de materialização de suas aspirações civilizatórias. Essa visão atinge sua configuração mais precisa e potente com a produção de Bartolomé Mitre (1821-1906), "militar, político, diplomata e historiador argentino", agente central em negociações e relações com o Brasil (SILVA, 2016, p.1). Mitre é considerado o primeiro presidente da Argentina reunificada, governando entre 1862 e 1868, celebrado como fundador de uma nova historiografia argentina, que transitou da corografia para um método mais rigoroso, pautado pelo uso de fontes. A operacionalização

dessa construção intelectual deu-se pela mudança de uma escrita da história em que figuravam múltiplos sujeitos coletivos e individuais para uma composição centrada em uma única figura: a nação, "protagonista única del proceso histórico" (DONGHI, 1996, p.57). Esse novo "sujeito" permite que Mitre ganhe distanciamento em relação àqueles múltiplos agentes, invariavelmente conflituosos entre si, conferindo uma pretensa imparcialidade científica a sua obra historiográfica.

De acordo com as formulações de Mitre, a Argentina estaria fadada ao sucesso, e a barbárie seria apenas um estágio em direção à civilização. Dessa maneira, o deserto não se oporia às cidades — em especial, Buenos Aires —, e sim as complementaria. Entre suas explicações para o sucesso irrefreável da nação, estavam a pobreza, o espírito independente, as especificidades da população mestiça e as condições climáticas e geográficas do território (DONGHI, 1996, p.63-64), o que aproxima sua construção historiográfica de algumas histórias "paulísticas" do século seguinte, tais como as de Alfredo Ellis Jr. (1936) e Caio Prado Jr. (1983).

As formulações de Mitre, produzidas na segunda metade do século XIX, tinham como interlocução e inspiração as obras literárias da supramencionada Geração de 37. No Brasil, a literatura foi igualmente um terreno propício para as construções da identidade nacional, antes da configuração desses debates no campo propriamente da história. O primeiro esforço nesse sentido é creditado ao Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), que organiza e publica a primeira antologia de poetas "brasileiros", o "Parnaso brasileiro", ou "Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil", lançado entre 1828 e 1832. O critério de reunião de textos era unicamente terem sido redigidos por homens nascidos na América portuguesa, e sua ordenação não seguia critérios de estilo, cronologia ou quaisquer outros. Uma literatura própria era elemento indispensável a qualquer nação civilizada, de modo que Barbosa incentivava essa produção, assim como os escritores argentinos da primeira metade do século XIX. Contudo, acreditava que deveria haver um afastamento entre o mundo das letras e a política, de modo a fomentar a estabilidade no Império brasileiro.

Em 1834, o político e escritor Domingos José Gonçalves de Magalhães publica, no periódico do Instituto Histórico de Paris, um texto que seria o esboço de seu "Ensaio sobre a História da Literatura", que figuraria no primeiro dos dois únicos números da "Revista Nitheroy", ambos datados de 1836. A publicação reunia intelectuais originários do Brasil e sediados na capital francesa, que

As elites e os governantes marchavam em direção aos "vazios", liberando as terras por meio do extermínio de indígenas remanescentes

contavam com a auxílio de Eugène Monglave, membro do dito instituto. Diferentemente da coletânea indistinta de Barbosa, Magalhães opera na reunião de referências literárias — não apenas de literatura, mas de todo o universo escrito — uma construção de sentido linear e progressiva:

Da mesma que o povo, como referência básica, substitui o 'cidadão brasileiro', também a literatura deixa de ser apenas o conjunto de livros produzidos por homens nascidos no Brasil. Ela precisa ser a expressão de uma identidade. A nação já não é apenas a soma dos homens bons, mas um personagem histórico que é anterior à própria comunidade empírica. (ARAUJO, 2008, p.124).

Pode-se ver que Magalhães veicula em seu ensaio uma proposta semelhante à que Mitre irá realizar décadas depois, transferindo o protagonismo do processo histórico para a nação e criando também o necessário distanciamento em relação ao passado, ao elegê-lo como objeto de estudo (ARAUJO, 2008, p.129). Enquanto as elites e os governantes marchavam em direção aos "vazios", liberando as terras por meio do extermínio de indígenas remanescentes, os intelectuais reposicionavam os nativos na construção do nacional, limitando-os preferencialmente ao campo simbólico: "O uso que a geração 'indianista' fez da cultura indígena foi uma das consequências desse 'abandono' do índio 'real' — tão promissor na opinião de homens como [José] Bonifácio — pelo índio mítico, lendário, e, por que não dizer historicizado" (ARAUJO, 2008, p.168).

5. Ideias e intelectuais em circulação

As aproximações entre os pensamentos de brasileiros e argentinos não são apenas acaso ou meras respostas coincidentes para problemas similares. Seguindo os moldes do Instituto Histórico de Paris, é fundado, no Rio de

Janeiro, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual o Cônego Januário da Cunha Barbosa, antes mencionado, foi primeiro secretário perpétuo. A fundação desse instituto desloca a ênfase dada à literatura como construtora do passado e da identidade nacionais para o campo historiográfico (ARAUJO, 2008). Vale notar que no IHGB têm continuidade os debates já em curso acerca das hipóteses de que os indígenas contemporâneos fossem herdeiros decaídos de uma grande civilização do passado, bem como as orientações metodológicas de coleta e reunião de fontes e materiais para pesquisa (TURIN, 2013), tal como promovido por Barbosa na realização de seu "Parnaso brasileiro", em cuja introdução do primeiro volume solicita aos leitores que lhe enviem quaisquer textos redigidos por luso-brasileiros de que tivessem conhecimento.

Pouco tempo depois, no ano de 1843, é constituído o Instituto Histórico e Geográfico Nacional de Montevidéu (IHGN), inspirado pela instituição brasileira, do qual Bartolomé Mitre foi sócio fundador. A presença de argentinos nesse espaço de debate e produção historiográfica foi motivada pelas perseguições de Juan Manuel de Rosas a seus opositores, muitos dos quais acabaram exilados na República Oriental do Uruguai e no Império do Brasil. Em suas experiências no exílio, os políticos, escritores e intelectuais argentinos fizeram uso dos institutos históricos e geográficos uruguaio e brasileiro para manifestar-se contra o caudilho (OLIVEIRA, 2009).

Além de servirem de modelos uns aos outros, o instituto francês e seus semelhantes sul-americanos estavam intensamente interligados por uma rede de correspondência, prevista em seus regulamentos e operacionalizada pela eleição de sócios correspondentes. Esses membros podiam ser os exilados ou mesmo aqueles que permaneciam em suas pátrias de origem. O IHGN, em seu momento inicial de fundação, tinha entre seus interlocutores estrangeiros três sócios procedentes do instituto brasileiro, a saber: José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente da instituição; José Silvestre Rebello, um de seus membros originários; e o próprio Cônego Januário da Cunha Barbosa (OLIVEIRA, 2012, p.120-122). Por sua vez, os sócios correspondentes rio-platenses do IHGB eram ainda em maior número: Alejandro Magariños; Valentim Alsina; Juan Maria Gutierrez; Domingo Sarmiento; Florencio Varela, próximo de Barbosa e Rebello, que viveu no Rio de Janeiro em 1842; Andres Lamas, com contatos estreitos com outro membro do instituto brasileiro, Rodrigo de Souza Silva Pontes; Teodoro Viladerbó; e Pedro de Angelis (OLIVEIRA, 2012, p.135).

Pelos registros das instituições é possível divisar a intensidade das articulações. Por exemplo, em 1840, Angelis doa ao IHGB os seis volumes da obra *Coleccion de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Rio de la plata. Ilustrado con notas y disertaciones*, publicado nos anos de 1836-1837, editada pelo próprio. José da Silva Lisboa é o encarregado de conduzir a doação ao instituto brasileiro, do qual era membro. O Cônego Barbosa, na mesma época, retribuiu escritos de Florencio Varela, enviando-lhe volumes da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". Sarmiento, que esteve no Brasil em três ocasiões (1846, 1852 e 1868), cedeu ao IHGB textos de sua autoria sobre instrução pública e pacificação, questões comuns às disputas que aconteciam dentro dos limites das fronteiras nacionais brasileiras e argentinas. Os presentes eram a forma como os sócios correspondentes construíam suas relações e influenciavam seus interlocutores estrangeiros sobre as questões de suas nações de origem, destacadamente os conflitos internos argentinos e o embate contra Rosas (OLIVEIRA, 2012, p.136-148).

Os poucos indícios ora apontados, permitem sugerir que os institutos históricos e geográficos na América significaram, entre outras coisas, a construção de um espaço oficial de reunião de intelectuais e políticos, antes dispersos, mas já em contato. Como horizonte comum, brasileiros e rio-platenses miravam nos métodos, nas práticas e nas produções historiográficas e literárias advindas da França. Não obstante as cartas, os exílios e as viagens que permitiam que as ideias circulassem entre as nações sul-americanas, esses intelectuais encontravam também um território compartilhado no solo e nas instituições francesas, como visto no caso citado da "Revista Nitheroy". Dessa maneira, amarravam-se as discussões teóricas e conceituais na América Meridional e na Europa, tais como aquelas acerca da condição de barbaridade e selvageria dos grupos indígenas e os empecilhos que representavam para o incremento das atividades produtivas nas ex-colônias.

6. À guisa de conclusão: uma "Campanha do Sertão"?

Os desertos e os sertões, ainda que sejam construções do imaginário próprias de seus contextos locais e regionais, não são isoladas entre si, no que se refere a suas interpretações e possibilidades. As entradas dos representantes autoproclamados da civilização nesses territórios tidos como selvagens, "vazios" ou "desconhecidos" tiveram sig-

nificativos pontos de convergência, nos processos ocorridos na primeira metade do século XIX, na antiga América Ibérica. Fica ora sugerida a possibilidade de que os compartilhamentos não sejam casuais e que as relações entre intelectuais e políticos das nações independentes tenham sido apenas reforçadas no Oitocentos. Dessa maneira, a Campanha do Deserto liderada a partir de Buenos Aires e a delimitação de um "sertão desconhecido" na província de São Paulo seriam manifestações e estratégias repletas de aproximações.

O estudo histórico fundamentado no recorte nacional, seja por questões institucionais ou pelo interesse de quem o conduz, nem sempre permite a adequada formulação das problemáticas que pretende encarar. Como buscamos apontar no presente artigo, a circulação de ideias e agentes, o enfrentamento de circunstâncias políticas e sociais semelhantes e a existência de um horizonte civilizatório comum configuraram um cenário de relações e debates que extrapolaram as fronteiras nacionais, atingindo as instituições oficiais de produção historiográfica das nações recém-emancipadas. Assim sendo, a análise da constituição do nacional nesses Estados demanda a eleição de objetos e a construção de recortes que levem em conta a condição eminentemente colaborativa desses processos, com mais ênfase nas redes de relação e nas articulações entre pontos do território do que nas fronteiras políticas entre esses sujeitos individuais ou coletivos. Por meio da investigação inicial ora apresentada, acreditamos ser possível, dentro desse recorte supranacional, elaborar hipóteses de encontros e aproximações, por meio dos quais circularam as ideias que formularam e reformularam as noções de "sertão" e "deserto" no contexto da formação dos estados nacionais brasileiro e argentino.

AUTORA

Amália Cristovão dos Santos é graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2008), mestrado (2013) e doutorado (2018) pela mesma instituição. Entre 2005 e 2009 integrou o grupo de pesquisa "Pioneiros da Habitação Social no Brasil" coordenado pelos professores doutores Ana Paula Koury e Nabil Georges Bonduki. Principais áreas e temáticas de pesquisa são: história do Brasil Colônia, história da arquitetura e urbanismo, demografia histórica.

NOTAS

1. Referimo-nos ao “Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios”, datado de 12 de junho de 1694.
2. Sobre o caso da América portuguesa, ver considerações de Fernando Novais (1984). A Espanha também se esforçou em direção à modernização, por meio da proposta de reformas (LYNCH, 2004a, p.19-72).
3. As especificidades dos embates locais e regionais, ainda que relevantes para o tema geral das independências hispano-americanas e mesmo para as tensões no contexto da América portuguesa, não é questão central do presente artigo, de modo que não será aqui abordada. Para uma visada completa, recomenda-se o volume III do compêndio “História da América Latina”, organizado por Leslie Bethell (2004), que reúne textos que permitem elucidar os processos e acontecimentos que se desenrolaram em todo o referido território.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BEIER, José Rogério. **Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)**. 2015. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. v.3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Ed. da Universidade de São Paulo — Imprensa Oficial do Estado; Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- DONGHI, Tulio Halperin. Mitre y la formulación de una historia nacional para la Argentina. **Anuario del IEHS**, Tandil, v.11, p.57-69, 1996. Disponível em: <anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1996/004%20-%20Halperin%20Donghi%20-%20Mitre%20y%20la%20Formulacion%20de%20una%20Historia%20Nacional%20para%20la%20Argentina.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- ELLIS Jr., Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.
- FREITAS NETO, José Alves de. A formação da nação e o vazio na narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. **Revista Esboços**, Florianópolis, n.20, p.189-204, 2008. Disponível em: <periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p189/9534>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos; GAUTREAU, Pierre. **Mensurar la tierra, controlar el territorio**. América Latina, siglos XVIII-XIX. Rosario: Prohistoria Ediciones; State Building in Latin America, 2011.
- GARNIER, F.A. Patagonie, Detroit de Magellan, Terres Australes. In: RENOUEAU, Veuve Jules (ed.). **Atlas sphéroïdal & universel de géographie** par F.A. Garnier, géographe. Paris: Veuve Jules Renouard, 1862, p.56.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.1, p.55-111, 1966.
- KOK, Glória. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 2004.
- LYNCH, John. As origens da independência da América espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. v.3. São Paulo; Brasília: Ed. da Universidade de São Paulo — Imprensa Oficial do Estado; Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p.19-72.
- _____. As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. v.3. São Paulo; Brasília: Ed. da Universidade de São Paulo — Imprensa Oficial do Estado; Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p.625-692.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis** (on-line), n.4-5, 2003. Disponível em: <terrobrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 24 jan. 2015.
- MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978 [1838].
- _____. **Mappa Chorographico da Província de São Paulo**. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa impr.; 100 x 72 cm. Huntington Library.
- NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.7, p.105-118, 1984.
- OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. A querela de Clio: as tensões e os diálogos entre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da região do Prata, 1838-1852. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, n.454, p.115-156, jan./mar., 2012. Disponível em: <www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-454/item/108285-a-querela-de-clio-as-tensoes-e-os-dialogos-entre-os-institutos-historicos-e-geograficos-do-brasil-e-da-regiao-do-prata-1838-1852.html>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- _____. A querela em torno de Clio na região do Prata e o Instituto Histórico e Geográfico Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1069.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PRADO Jr., Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2002.
- SANTOS, Amália Cristovão dos. **A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)**. 2018. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Diplomacia e circulação de ideias: a correspondência entre o Visconde do Rio Branco e Bartolomé Mitre nas décadas de 1860 e 1870. In: SOCIEDADE DE ESTUDOS DO OITOCENTOS, **Anais do II Encontro da Sociedade de Estudos**, Curitiba, 2016. Disponível em: <www.seo.org.br/images/Anais/Anais_II_Encontro/Ana_Paula_Barcelos_completo.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. **Revista de História**, São Paulo, n.142-143, p.261-276, 2000.
- SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros: Índigenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. São Paulo: Alameda, 2012.
- TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.